

JORNAL **ABAIXO** **ASSINADO** JPA

O jornal das lutas comunitárias e da cultura popular

Ano 21 - Março de 2026 - Nº 196

(21) 97246-2213 • jornalabaixoassinado@yahoo.com.br • facebook.com/jaajrj • [instagram - @jaajrj](https://instagram.com/jaajrj)

Impacto ambiental **Construção de condomínio** **ameaça derrubar 900 árvores na** **Lagoa de Jacarepaguá**

Um condomínio composto por oito blocos, construções anexas e áreas comuns de jardim e lazer coloca a Lagoa de Jacarepaguá em risco. Página 3



foto: Rafael Catarcione/Prefeitura do Rio

Dez anos da Feira da Roça: **um marco de resistência** **e ancestralidade**

O largo de Vargem Grande tornou-se o coração de uma manifestação de força e memória no último dia 15 de março, quando a Feira da Roça celebrou uma década de existência. **Página 5**



História da Região

- **A Igreja de Nossa Senhora da Penna**
- **Pré-Vestibular para Negros e Carentes**
- **Sertão Carioca: expansão urbana e o destino dos lavradores – 1960**

Páginas 6, 7 e 8

De onde vem tanta violência **contra as mulheres**

Se, na Idade Média, mulheres eram queimadas em fogueiras porque seus saberes precisavam ser esmagados pela classe dominante, hoje, nessa sociedade que se diz moderna, mulheres são, cotidianamente, ultrajadas, vilipendiadas, estupradas e mortas por homens que se consideram seus proprietários

Página 4

Editorial

O preço da geopolítica **na mesa do povo**

O mundo assiste, entre perplexo e apreensivo, aos desdobramentos da ofensiva militar conjunta dos Estados Unidos e Israel contra o Irã. O que começou como mais um capítulo das tensões no Oriente Médio se expandiu para uma crise de proporções globais, e suas ondas já quebram com força na cozinha do trabalhador brasileiro.

Enquanto as grandes potências disputam influência e recursos, somos nós—a população mais pobre—quem arca com o custo. Aqui no nosso bairro, não acompanhamos a guerra por mapas e estratégias militares, mas sentimos seus efeitos no bolso. A disparada do preço da gasolina, do óleo de cozinha e do gás de cozinha é a face mais cruel de um conflito que parece não ter propósitos claros para o cidadão comum. Será que os objetivos são realmente obscuros? Ou será que, mais uma vez, assistimos a uma velha e conhecida sanha por petróleo alheio, como vimos recentemente na Venezuela?

O combustível mais caro redefine o preço do transporte, que por sua vez aumenta o valor do alimento que chega à feira e ao supermercado. A inflação corrói o salário, e o ciclo vicioso se fecha: tudo aumenta. Neste jogo de xadrez sangrento, só quem perde é o povo trabalhador. O capital, como sempre, encontra um jeito de se proteger e, muitas vezes, de lucrar.

E agora, a ameaça se aproxima ainda mais de nossa vizinhança. Após desestabilizar a Venezuela e atacar o Irã, Donald Trump lança seu olhar para Cuba. Em declarações recentes, o presidente americano afirmou que teria a "honra de tomar Cuba", dizendo que pode "fazer o que quiser" com a ilha. Num contexto de bloqueio naval e colapso energético em Cuba, Trump age como se o planeta fosse um quintal particular, onde se pode invadir e ditar regras conforme a vontade de um só homem. Primeiro foi a Venezuela para roubar-lhe o petróleo, agora é Cuba—que não tem petróleo, mas tem um povo que luta há décadas por sua soberania.

Diante desse cenário de fumaça e especulação geopolítica, o Brasil se prepara para escolher seu próximo líder. E é inevitável a pergunta que ecoa nas esquinas do nosso bairro: quem, dentre os presidentiáveis, tem estatura para lidar com um mundo em chamas? Flávio ou Lula? Não se trata apenas de uma escolha doméstica, mas de decidir quem sentará à mesa com potências beligerantes e líderes de todos os espectros ideológicos.

A questão central é de legitimidade e respeito internacional. Quem é recebido em gabinetes ao redor do mundo como um interlocutor válido? Quem tem histórico de diálogo com a esquerda e a direita global? O momento exige um presidente forte, com experiência e capacidade de dialogar de igual para igual com qualquer liderança—seja de Tel Aviv, Washington, Moscou ou Buenos Aires. O mundo não precisa de alinhamento automático, mas de um estadista que coloque os interesses do povo brasileiro e da paz mundial acima das brigas ideológicas.

Enquanto os tanques rugem e os preços sobem, o povo trabalhador do nosso bairro segue sua luta diária, esperando que, em outubro, a razão e a soberania prevaleçam nas urnas.



Bianca Lopes
Estagiária sob supervisão da jornalista Juçara Braga

Inteligência artificial, um admirável e perigoso mundo novo

A inteligência artificial é uma ferramenta poderosa que pode contribuir expressivamente nas mais diversas áreas do conhecimento humano mas precisa de regulação e limites, pois assim como pode ser usada para o bem, pode também ser usada para o mal. Nesta entrevista, o especialista em cyber segurança e Tecnologia da Informação Murilo Pereira explica os meandros desse admirável e perigoso mundo novo.

Tribuna do Interior - Quais os benefícios e riscos da Inteligência Artificial (IA)?

Murilo Pereira - A IA traz diversos benefícios, como a automação de tarefas, o aumento da produtividade, a análise rápida de grandes volumes de dados e o apoio a tomadas de decisões. Ela pode ser utilizada tanto por empresas quanto por pessoas comuns no dia a dia, de forma positiva e produtiva. No entanto, assim com qualquer tecnologia, também pode ser explorada com más intenções, em golpes, criação de conteúdos falsos e na exploração de falhas em sistemas diversos. Por isso, seu uso exige responsabilidade, ética e cuidados com a segurança.

Tribuna - A legislação brasileira já está adequada a esses novos tempos?

Murilo - A legislação brasileira ainda está em processo de adaptação aos avanços da inteligência artificial. Atualmente, o País conta com leis importantes, como a de proteção de dados que regula o uso de informações pessoais, mas ainda não existe uma legislação específica para IA. Projetos de Lei estão em discussão buscando equilibrar inovação, segurança, ética e proteção aos cidadãos, criando regras mais claras e punições específicas para os casos de uso indevido da IA.

No Brasil ainda não há penalidades específicas para crimes relacionados a IA. Quando

a IA é usada para praticar crimes, tais como fraudes, invasão de dados ou criação de conteúdos falsos, as penalidades são aplicadas com base nas leis já existentes (Código Penal e Lei de Proteção de Dados).

Tribuna - Como e onde surgiu a IA?

Murilo - A IA surgiu nos Estados Unidos. O conceito foi apresentado em 1956 durante uma conferência na Universidade de Dartmouth com o objetivo de criar máquinas capazes de simular a inteligência humana.

Tribuna - O que é a IA?

Murilo - A inteligência artificial é uma tecnologia que permite que máquinas e sistemas simulem a inteligência humana, sendo capazes de analisar dados, reconhecer padrões e automatizar tarefas que normalmente exigiriam intervenção humana.

Tribuna - Onde podemos aplicar a IA?

Murilo - Pode ser aplicada em saúde, educação, segurança, finanças, indústria e tecnologia. Ela pode ser usada em praticamente tudo que envolve processos, análise de dados, pensamento crítico e tomadas de decisões, além de outras atividades do cotidiano, automatizando tarefas repetitivas no trabalho, oferecendo diferentes pontos de vista em projetos, fornecendo análises técnicas sem



Murilo Pereira, especialista em tecnologia da informação, adverte: "A IA auxilia no aprendizado, mas não substitui a leitura, a interpretação de texto e o pensamento crítico."

foto cedida pelo entrevistado

a necessidade constante de intervenção humana e realizando consultas de forma rápida sem depender de pesquisas que normalmente levariam muito tempo.

Tribuna - Existem cursos de formação para especialistas em IA?

Murilo - Sim, há cursos de formação para quem deseja trabalhar com IA, tanto para iniciantes, quanto para quem já atua na área de tecnologia. Esses cursos podem ser encontrados em universidades, plataformas online e treinamentos profissionais e discorrem sobre conceitos básicos, uso prático da IA no cotidiano, análise de dados, automação de tarefas e desenvolvimento de soluções inteligentes.

Tribuna - Qual o mercado de trabalho para os profissionais em IA?

Murilo - É amplo e está em constante crescimento. Empresas de diversos setores buscam especialistas em IA para desenvolver suas soluções, analisar dados, automatizar processos e apoiar a tomada de decisões.

Tribuna - A IA pode auxiliar na medicina?

Murilo - Sim, de diversas formas, em análise de exames, apoio ao diagnóstico, monitoramento de pacientes e organização de dados médicos. Ela auxilia profissionais da saúde a identificar padrões de imagens, resultados e históricos clínicos, tornando os atendimentos mais rápidos, precisos e eficazes.

Tribuna - Está claro, então, que a IA é auxiliar

do ser humano e não sua substituta, certo?

Murilo - A inteligência artificial deve ser vista como uma ferramenta de apoio ao ser humano, não como sua substituta porque ela opera a partir de dados e padrões previamente programados ou aprendidos. Embora consiga analisar informações com rapidez e eficiência, ela não possui consciência, emoção, valores ou responsabilidade moral. A capacidade de interpretar contextos complexos, agir com empatia e tomar decisões baseadas em princípios éticos continua sendo exclusivamente humana.

Tribuna - Como a IA pode auxiliar na educação?

Murilo - A IA pode auxiliar na educação ao personalizar o ensino de acordo com o ritmo de cada aluno, ajudar os professores na correção de atividades e na organização de conteúdo, além de facilitar o acesso à informação. Também pode ser usada como apoio ao estudo, tirando dúvidas, reforçando o aprendizado e tornando o processo educacional mais dinâmico e acessível.

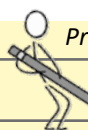
Tribuna - Certo, mas, a IA não substitui a leitura, nem a interpretação de texto que são fundamentais para o desenvolvimento cognitivo dos alunos, certo?

Murilo - No campo da educação, a IA pode auxiliar no aprendizado, mas não substitui a leitura, a interpretação de texto e o pensamento crítico, pois essas habilidades envolvem reflexão, questionamento e construção ativa do conhecimento. O desenvolvimento cognitivo ocorre quando o aluno participa do processo, interpreta informações e formula suas próprias conclusões. A tecnologia pode apoiar esse caminho, mas não pode vivenciar o processo de aprendizagem no lugar do estudante.

**Jornal Abaixo-Assinado e Tribuna do Interior em parceria*



Professora **Juliana Bernardo**



Dicas para fazer redação

Façam isto na Redação e sejam bem-avaliados(as)!

Olá, queridos leitores, tudo bem? Nesta edição, conversarei sobre o que vocês devem seguir para construir um texto completo para aprovação:

Para uma bela introdução:

- Apresentem uma tese concisa.
- Façam um questionamento: "o que eu penso sobre o tema em questão?"
- Usem dados históricos ou citem pensadores

influentes.

- Usem um contexto histórico e social.

Para um belo desenvolvimento:

- Usem dados estatísticos baseados no texto motivador.
- Façam citações diretas ou indiretas.
- Apresentem no texto o ponto de vista detalhado.
- Escrevam de acordo com a norma-padrão e

com coesão.

Para uma bela conclusão:

- Elaborem propostas de intervenção concretas.
- Apresentem este "esqueleto": agente, ação, meio, finalidade e detalhamento.

Querem aprender Redação com leveza e eficácia? Venham para o meu time e estudem com comigo para serem aprovados nos concursos e nos vestibulares! Acessem as minhas redes sociais: @professora_julianabernardo (Instagram), Profa. Juliana Bernardo Português (Facebook) e Professora Ju (@professora.ju6 / Tik Tok). Abraços e até a próxima edição!

EXPEDIENTE

JORNAL ABAIXO ASSINADO JPA
O jornal das lutas comunitárias e da cultura popular

JAAJ é uma publicação da Rede Popular de Comunicação (RPC) e da IPL Clipping - CNPJ 31.555.759/0001-64.

Críticas, sugestões e reclamações: Tel (21) 97246-2213
jornalabaixoassinado@yahoo.com.br

Conselho Editorial: Almir Paulo, Cláudio Mattos, Cíntia Travassos, Dona Jane, Dona Penha, Douglas Aguiar (Em Memória), Ivan Lima, Jane Nascimento, João Magalhães, Luiz Claudio, Manoel Meirelles (Em Memória), Maraci Soares, Marcus Aguiar, Pablo das Oliveiras, Renato Cosentino, Renato Dória, Roberta Azevedo, Roberto Senna (Cabral) (Em Memória), Severino Honorato, Sílvia da Costa, Val Costa, Valmíria Guida, Vaneide Carmo, Vanessa Guida e Wladimir Loureiro.

Coordenação Geral: Almir Paulo, Maraci Soares, Sílvia Costa e Val Costa.

Diagramação e Arte: Jane Fonseca.

Gestora de Redes Sociais: Sílvia da Costa.

Revisão: Vânia Santiago.

Distribuição gratuita pelos bairros e comunidades da Baixada de Jacarepaguá
**As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores.
***Todo material enviado ao E-mail, Site e Facebook do jornal é autorizado automaticamente para a divulgação e também não é gratificado.



Felipe Lucena
Jornalista e roteirista

Obra de novo condomínio pode cortar 900 árvores nas margens da Lagoa de Jacarepaguá

Um condomínio composto por oito blocos, construções anexas e áreas comuns de jardim e lazer coloca a Lagoa de Jacarepaguá em risco. Para se ter uma ideia do impacto, o empreendimento prevê o corte de aproximadamente 900 árvores. As obras podem impactar diretamente no ecossistema da região.

"Estamos falando de muitas e muitas árvores que são casas de animais. A fauna e a flora, além da própria lagoa, serão diretamente impactadas caso essa obra aconteça. Não podemos deixar isso passar impune", opina a bióloga **Márcia Chagas**.

Diante da situação, o **Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (GAEMA/MPRJ)** expediu recomendação ao Município do Rio de Janeiro, mais precisamente para as Secretarias de Desenvolvimento Urbano e de Meio Ambiente, para que suspenda imediatamente a concessão de licenças ambientais e de autorizações para remoção de vegetação relativas ao empreendimento conduzido pela CBR 217 Empreendimentos Imobiliários Ltda.

O inquérito conduzido pelo GAEMA/MPRJ aponta que o terreno onde se pretende instalar o residencial está inserido em Área de Relevante Interesse Ambiental (ARIA), reunindo características relevantes para a manutenção do equilíbrio ecológico do bioma Mata Atlântica. A recomendação ressalta que os estudos apresentados pelo próprio empreendedor indicaram a presença de mais de mil árvores de 26 espécies distintas no local, sendo 313 em estágio médio de regeneração. Já

o Relatório Simplificado de Ocorrência de Fauna Silvestre registrou, durante amostragem de 48 horas, 12 espécies.

O GAEMA, porém, ressalta que o relatório apresentado pelo empreendedor seria insuficiente para fins de obtenção de licenças ambientais, uma vez que técnicos da SMAC ressaltaram a necessidade de estudo mais complexo e analítico diante da relevância da biodiversidade encontrada em vistoria, o que exigiria a apresentação pelo interessado do denominado Relatório Consolidado de Fauna Silvestre.

Outro ponto destacado pelo MPRJ é o fato de não se ter localizado nos autos do licenciamento manifesta-

posições protetivas da Lei de Proteção ao Bioma Mata Atlântica (Lei nº 11.428/2006), bem como a probabilidade de sobreposição entre a área do empreendimento e obrigações ambientais estabelecidas em Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) celebrado anos antes com a então proprietária do terreno, objeto de pedidos judiciais no processo nº 0898820-13.2023.8.19.0001.

O MPRJ requisita que as questões levantadas na Recomendação sejam esclarecidas pelas secretarias municipais de Desenvolvimento Urbano (SMDU) e de Meio Ambiente e Clima (SMAC), no prazo de 20 dias. E também registra que a proibição de concessão de licença e autorização para remoção de vegetação deverá durar até que haja posterior manifestação do seu Grupo de Apoio Técnico (GATE/MPRJ) em sentido positivo sobre as questões levantadas na Recomendação.

Em nota, a CBR 217 Empreendimentos Imobiliários, responsável pela obra, informou que "seu processo de licenciamento ambiental se encontra em curso regular de aprovação junto à municipalidade, sendo cumpridas tempestivamente todas as etapas. O projeto apresenta observação integralmente as diretrizes ambientais estabelecidas no Termo de Ajustamento de Conduta, oriundo da ação civil pública nº 0898820-13.2023.8.19.0001, impetrada em face do anterior proprietário. Com o propósito de preservar e valorizar a área, a CBR 217 à seu critério preserva mais 20.000m² de área verde in natura do lote, e propôs, nos autos do licenciamento, que a medida compensatória pelo corte de árvores estritamente necessário ao empreendimento imobiliário seja realizada no próprio local, mediante o plantio de mais de 15.000 novas árvores".



foto: Rafael Catarcione/Prefeitura do Rio

ção do Conselho Gestor da Unidade de Conservação do Parque Natural Municipal Bosque da Barra, uma vez que o empreendimento está inserido em sua zona de amortecimento. Além disso, o GAEMA/MPRJ asseverou a necessidade de avaliação de impacto que considere as dis-



Fórum dos Movimentos Sociais e da Cultura da Baixada de Jacarepaguá

"Não espere por uma crise para descobrir o que é importante em sua vida" (Platão)

Almir Paulo

Vem aí um Fórum dos Movimentos Sociais e da Cultura da Baixada de Jacarepaguá.

Um espaço de encontro, escuta, debate e construção coletiva entre movimentos sociais, coletivos culturais e moradores da região.

O objetivo do coletivo do *Jornal Abaixo-Assinado* é claro: fortalecer a articulação e construir lutas unitárias em defesa da melhoria da qualidade de vida na Baixada de Jacarepaguá.

- 👉 Por mais direitos
- 👉 Por mais cultura
- 👉 Por melhores condições de vida
- 👉 Por mais união e organização popular

Se você faz parte de um coletivo, movimento, iniciativa cultural ou é morador(a) da região, esse espaço também é seu.

Em breve: data, local e programação.

Compartilhe e fortaleça essa construção!

Durante a Semana do Sono, campanha anual de conscientização sobre a importância do sono para a saúde, Ciência UFPR - revista de temas científicos da Universidade Federal do Paraná editada na Superintendência de Comunicação - apresenta um artigo dos pesquisadores Marcelo M. S. Lima e Fernando M. Louzada, da UFPR, e Cíntia F. A. Rosa, da USP, que reúne evidências científicas sobre os efeitos da privação do descanso na saúde.

Como a vida moderna está afetando o sono e adoecendo a sociedade

Valorizar o sono como essencial à saúde física e mental previne doenças crônicas e melhora o desempenho escolar.

O sono está longe de ser um mero período de inatividade física ou mental, mas se constitui como um evento em que ocorrem inúmeras manifestações fisiológicas que garantem a manutenção da saúde em seus mais diferentes aspectos: metabólico, cardíaco, imunológico, cognitivo e até de sanidade mental. Desde os anos 1960, estudos revelam que indivíduos que dormem regularmente menos horas do que o recomendado (cerca de 8h por noite) apresentam maiores riscos, a longo prazo, de manifestarem diversos problemas de saúde (Gohari et al., 2024).

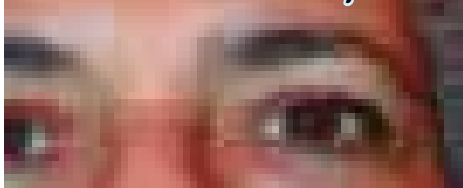
No entanto, a sociedade moderna impõe obstáculos ao sono de qualidade e tem produzido um verdadeiro exército de pessoas cronicamente privadas de descanso. Inúmeros fatores contribuem para essa condição, como o trabalho em tur-

nos, o consumo excessivo de cafeína (por meio do café ou bebidas energéticas), a hiperconectividade em redes sociais, além de estresse crônico e ansiedade generalizada.

Até as mudanças climáticas podem produzir efeitos ainda pouco compreendidos mas, potencialmente, deletérios. Um estudo recente revelou que o aumento das temperaturas noturnas está relacionado à piora na qualidade de sono. A pesquisa mostrou que elas produziram uma média estimada de 5% mais horas perdidas de sono em 2019-2023 do que em 1986-2005, atingindo um recorde de 6% mais horas de sono perdidas em 2023.

*Confira a matéria completa: <https://ciencia.ufpr.br/portal/%f0%9f%8c%8e-como-a-vida-moderna-esta-afetando-o-sono-e-adoecendo-a-sociedade/>.

Observatório popular



Juçara Braga - Jornalista

A secular história de demonização da mulher tratada na edição anterior precisa ser confrontada com a posição da mulher no mundo contemporâneo. Se, na Idade Média, mulheres eram queimadas em fogueiras porque seus saberes precisavam ser esmagados pela classe dominante, hoje, nessa sociedade que se diz moderna, mulheres são, cotidianamente, ultrajadas, vilipendiadas, estupradas e mortas por homens que se consideram seus proprietários.

Em artigo publicado no jornal Brasil de Fato, a analista comportamental Bia Santa Maria trata da ancestralidade feminina e lança luz sobre a violência que se abate sobre as mulheres no processo de colonização do Brasil. Diz ela: "A miscigenação que construiu esta Nação aconteceu,

Mulheres encapetadas, um processo histórico de agressão (Parte II)

De onde vem tanta violência contra as mulheres?

em grande parte, por meio da violência do colonizador sobre o corpo feminino – corpos indígenas, corpos africanos, corpos de mulheres que não puderam escolher."

As estatísticas brasileiras contemporâneas mostram que essa violência per-

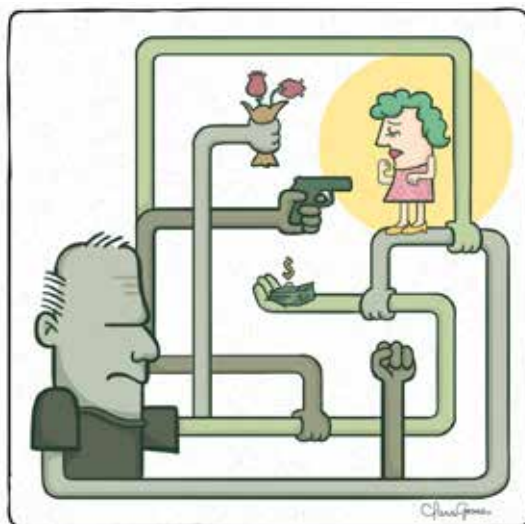
siste enraizada na sociedade brasileira. Os números estão nas manchetes diárias dos veículos de comunicação e vão do estupro coletivo de uma adolescente em Copacabana ao assassinato de uma jovem de 22 anos no Ceará, na porta da Facul-

dade, passando pela masturbação de um homem, dentro de um ônibus, no Rio, forçando a interação com uma menina de 14 anos que entrou em pânico.

Que homens são esses? Quem são suas mães, suas irmãs, suas tias, seus pais?

Quais são suas referências femininas e masculinas? Em que realidade paralela vivem esses agressores? Não se trata aqui de buscar culpas, mas de entender que ambiente forma esses homens violentos e totalmente desprovidos de respeito pelo universo feminino.

Vivemos uma epidemia de violência contra a mulher. O feminicídio virou crime corriqueiro, acontece toda hora. A sociedade brasileira precisa levar o debate sobre essa questão para os lares, as escolas, os ambientes culturais, esportivos, para as ruas, ou seja, para todos os cantos. Como está não dá pra continuar.



VOCÊ NÃO ESTÁ SÓ.
BUSQUE AJUDA.

Acesse: cnj.jus.br/protecaomulheres

CNJ
CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA

A nova engrenagem do trabalho informal no Brasil

O crescimento das plataformas e o surgimento de uma classe trabalhadora cada vez mais essencial e vulnerável



Isabor Dória
- Analista de
Recursos Humanos
e Consultora de RH

Nos últimos anos, o Brasil tem assistido a uma transformação silenciosa e profunda na forma como o trabalho se organiza. A pandemia não criou essa mudança, mas acelerou um processo que já estava em curso: a expansão do trabalho mediado por plataformas digitais e a consolidação de um novo perfil de trabalhador informal.

Durante o isolamento social, milhões de pessoas migraram para o comércio eletrônico. Comprar pelo celular deixou de ser apenas uma conveniência e se tornou uma necessidade. Restaurantes fecharam seus salões e passaram a operar por meio de entregas. Pequenos negócios se digitalizaram às pressas. O consumo se reorganizou em torno da rapidez e da distância.

Por trás da facilidade do clique, formou-se uma engrenagem logística sustentada por milhares de trabalhadores que passaram a atuar como prestadores de serviço sob demanda.

Essa mão de obra cresceu justamente em um momento em que o emprego

formal encolhia. Sem vagas suficientes no mercado tradicional, muitos encontraram nas plataformas a alternativa possível de geração de renda. Entregadores de alimentos, motoristas de aplicativos, distribuidores de mercadorias, operadores logísticos e prestadores de pequenos serviços passaram a integrar sistemas digitais que organizam tarefas, distribuem demandas e avaliam desempenhos em tempo real.

À primeira vista, trata-se de modernização. Fala-se em autonomia, flexibilidade e liberdade para escolher horários. No entanto, ao observarmos com mais atenção, percebemos que estamos diante de uma reorganização das responsabilidades: os custos e os riscos são transferidos ao trabalhador, enquanto as plataformas concentram a coordenação, os dados e a definição das regras.

O sociólogo **Ricardo Antunes** alerta há anos que esse processo representa mais do que uma inovação tecnológica. Trata-se de uma reconfiguração estrutural do mundo do trabalho, marcada pela instabilidade e pela fragilização de direitos. Aquilo que antes era exceção o trabalho intermitente, incerto e sem garantias passa a ocupar o centro da dinâmica econômica. A informalidade deixa de ser marginal e passa a de-

sempenhar um papel funcional no sistema.

O cenário que se forma ou que talvez já esteja plenamente consolidado é o de uma precarização sofisticada. Não há necessariamente a figura tradicional do patrão, mas há controle exercido por meio de algoritmos. Não há jornada fixa, mas existem metas implícitas impostas pela necessidade de alcançar uma renda mínima. Não há vínculo formal, mas há uma dependência econômica muitas vezes quase absoluta.

Essa transformação tornou-se ainda mais visível no período pós-pandemia. As cidades retomaram seu ritmo, mas a lógica da conveniência permaneceu. A entrega rápida tornou-se padrão. A disponibilidade constante virou expectativa. E, para sustentar essa dinâmica, consolidou-se uma classe trabalhadora que vive da demanda imediata, da avaliação do cliente e da oscilação permanente do mercado.

É preciso reconhecer: essas atividades hoje são essenciais. Elas sustentam uma parcela significativa da economia urbana. Garantem a circulação de mercadorias, mobilidade, alimentação e serviços em tempo recorde. Tornaram-se peças-chave do funcionamento cotidiano das cidades.

Mas a pergunta que se impõe vai

além do presente imediato: **que sociedade estamos construindo quando o trabalho essencial é também o mais vulnerável?**

Historicamente, o Brasil sempre conviveu com altos índices de informalidade. O que muda agora é a forma. Antes, a precariedade estava nas margens visíveis da economia. Hoje, ela opera no centro do sistema produtivo, mediada pela tecnologia e legitimada pelo discurso da modernidade.

O trabalhador já não é chamado de empregado, mas de parceiro. Não é subordinado, mas "independente". A linguagem muda a insegurança permanece.

Se, no passado, a luta social foi por reconhecer direitos trabalhistas básicos, talvez estejamos diante de um novo ciclo histórico. A diferença é que, desta vez, a precarização não se apresenta como atraso, mas como inovação. Não se impõe pela força, mas pela necessidade. Não se justifica como exceção, mas como tendência inevitável.

O futuro do trabalho já começou. A questão que permanece é se vamos tratá-lo como avanço civilizatório ou como um retorno silencioso a um tempo em que trabalhar significava assumir sozinho todos os riscos da sobrevivência.



Silvia da Costa
Agente de Transformação Social
Fotos: Silvia da Costa e Claudio Mattos

Resistência e ancestralidade: os dez anos da Feira da Roça

O largo de Vargem Grande tornou-se o coração de uma manifestação de força e memória no último dia 15 de março, quando a Feira da Roça celebrou uma década de existência. Longe de ser apenas um mercado de alimentos cultivados sem agrotóxicos e itens artesanais, a feira se consolidou como um território de resistência política e cultural. Como apontam as pesquisadoras Maria da Graça Costa e Sílvia Regina Baptista, “a feira é nosso quilombo urbano”, funcionando como um espaço de preservação de cosmopercepções de matriz africana e de salvaguarda contra a pressão da especulação imobiliária que ameaça as zonas rurais da cidade. Seus princípios fundamentais estão alicerçados na economia do axé e na agroecologia, em que o cultivo da terra é um ato de soberania alimentar e de manutenção de laços ancestrais que sobrevivem ao



Moção de Homenagem aos 10 anos da Feira da Roça entregue pela vereadora Maíra do MST

asfalto.

A comemoração foi marcada por um tom vigoroso, especialmente pela convergência com a 5ª Marcha das Mulheres pelo Bem Viver. O protagonismo pertenceu às mulheres quilombolas, cujas mãos calejadas não apenas plantam o alimento, mas sustentam a estrutura de um projeto de sociedade alternativo. Elas, que ocupam a vanguarda na luta, reafirmaram que o corpo feminino é o primeiro território a ser defendido contra as lógicas de exploração. A presença impositiva da marcha trouxe para



o bairro a voz de quem produz a comida que cura e que alimenta, transformando o aniversário em um protesto vivo por dignidade, terra e justiça social.

A espiritualidade e a conexão com as raízes originárias também selaram o evento por meio da bênção do Matriarcado Ancestral da Aldeia Marakanã. Esse momento sagrado reforçou que a luta pela terra em Vargem Grande é indissociável da reverência ao planeta, do respeito entre as raças e da consciência de classes, unindo a diversidade dos desejos humanos em um só clamor. A moção de homenagem concedida pela vereadora Maíra do MST (PT) surge, portanto, não como um presente, mas como o reconhecimento institucional de uma batalha que é travada diariamente há uma década.

A Feira da Roça de Vargem Grande demonstra que a organização coletiva liderada por mulheres negras conscientes de seu papel histórico é capaz de transformar o solo em um campo de liberdade e de vida pulsante.

Apoio e participação de Maraci Soares



5a. Marcha das Mulheres pelo Bem Viver



Maraci Soares
Militante quilombola, culinária e artesã

Projeto Reciclan na comunidade Vila Taboínhas

O Projeto Reciclan nasceu da necessidade de sustentabilidade durante a pandemia. Jorge dos Santos, idealizador, um dos jardineiros mais conceituados das áreas de Vargens, Barra e Recreio, perdeu seus clientes aos poucos, pois, naquele momento crucial que atravessávamos, ninguém mais buscava esse tipo de serviço. Diante disso, precisou se reinventar para prover o sustento de sua família.

Ele passou por diversos processos de mudança, enfrentando medos e até a vergonha de ser visto por conhecidos enquanto catava lixo, já que a reciclagem ainda é, muitas vezes, vista de forma preconceituosa. Com o tempo, porém, foi compreendendo que ali estava uma possibilidade real de sobrevivência e futuro.

Jorge dos Santos venceu. Nós vencemos. Há cerca de sete anos, pensamos em iniciar o projeto na Vila Taboínhas, e hoje ele já existe em um espaço próprio. Avançamos!

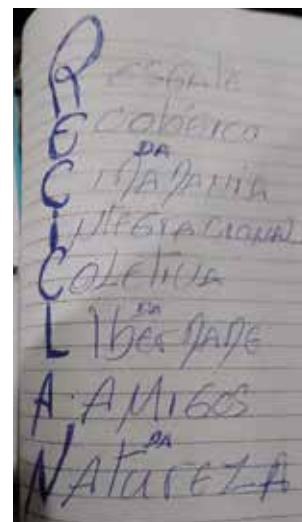
Somos o MUP (Movimento União Popular) e há trinta anos lutamos pela permanência de nossas moradias nesse território. Ao longo dessa trajetória, enfrentamos situações extremamente difíceis. As injustiças eram tão gritantes que, muitas vezes, não conseguíamos dormir. Mal conseguimos

nos alimentar, quanto mais imaginar que envelheceríamos sem alcançar um mínimo de conforto para nós e para os nossos.

Hoje, estamos envelhecidos e adoecidos, mas ainda com muita vontade de trabalhar. Tudo o



Reciclar é vida



Reciclan é nossa luta

que lutamos, defendemos e elegemos, muitas vezes nos invisibiliza. Continuamos sendo grandes colaboradores, mesmo vendo parte do movimento ser cooptada por grandes instituições e asses-

sorias. Em muitos momentos, prevalece o “salve-se quem puder”, enquanto nós, que nunca fechamos os olhos para a realidade, seguimos firmes.

Somos defensores naturais de nossos direitos humanos e das favelas. Permanecemos aqui, como sempre estivemos: sem aparato, mas ainda resistindo e tentando garantir nossas próprias defesas. Muito se fala em reparação. Para nós, do coletivo Reciclan, reparação significa possibilitar a implantação e o fortalecimento do projeto, para que possamos viver com dignidade, pagar nossas contas e cuidar dos nossos.

Aproveitamos para agradecer ao Instituto Jorge Borges, que nasceu da sensibilidade de quem trabalhou e lutou conosco pelas comunidades, garantindo a sobrevivência de dez lideranças do Rio de Janeiro em momentos tão cruciais de nossas vidas. Nossa gratidão pelo carinho e reconhecimento ao nosso trabalho.

Agradecemos também ao *Jornal Abaixo-Assinado de Jacarepaguá*, nossa primeira mídia alternativa, que permitiu que o grito de militantes sofridos e aflitos, diante das covardias das remoções forçadas, ecoasse de forma genuína e verdadeira. Nosso agradecimento aos amigos que, juntos, constroem e fazem parte desses 21 anos de história do jornal.

Desejamos vida longa para todos nós.



Expansão urbana, espoliação da terra e o destino dos lavradores do Sertão Carioca na década de 1960

Durante as décadas de 1950 e 1960 na Baixada de Jacarepaguá, estratégias de especulação e valorização fundiária eram colocadas em prática por agentes do mercado imobiliário. Estas estratégias esbaravam na força da resistência dos lavradores do Sertão Carioca frente a expansão de loteamentos imobiliários e emprestavam certa imprevisibilidade diante das transformações históricas ocorridas na região.

Por um lado, a agricultura do Sertão Carioca conseguia manter-se de pé e resistiu frente a expansão dos loteamentos imobiliários até os primeiros anos da década de 1960, por outro, o novo contexto político-administrativo iniciado com o primeiro governo da Guanabara atuou como uma força social impulsionadora da expansão urbana na região. Um exemplo disso foi a política de obras de infraestrutura urbana praticada pelos primeiros governos do Estado da Guanabara (1960-1974).

Paradoxalmente, foi durante o Estado da Guanabara, que havia garantido na sua legislação uma série de reivindicações dos lavradores e posseiros do Sertão Carioca, que se intensificou o processo de expansão urbana e de perda das características rurais da Baixada de Jacarepaguá. Nesta região, quanto mais se facilitava o seu acesso por meio da realização de obras de infraestrutura urbana, mais se intensificava sua ocupação e, também, a expansão urbana. Principalmente nos dois extremos desta vasta planície, na Barra da Tijuca e no Recreio dos Bandeirantes, regiões onde essa expansão urbana ocorreu tardiamente.

Até o final da década de 1950, as



principais vias de penetração na Baixada de Jacarepaguá já estavam consolidadas: a estrada do Catonho, ligando à zona oeste (por Jardim Sulacap e Realengo); a avenida Cândido Benício, ligando à zona norte (por Madureira); as avenidas Menezes Côrtes, Édson Passos e a estrada de Furnas, ligando à zona norte (por Grajaú e pelo Alto da Boa Vista); a estrada do Joá, ligando à zona sul (por Barra da Tijuca e São Conrado).

Da mesma forma, as principais vias de comunicação interna da região já estavam parciais ou completamente pavimentadas: as estradas Vereador Alceo de Carvalho, dos Bandeirantes, da Barra da Tijuca, de Jacarepaguá, do Capão, do Itanhanga e a avenida Litorânea. A criação da Reserva Biológica de Jacarepaguá, no ano de 1959, foi um testemunho da expansão

urbana sobre a região e buscava evitar uma ocupação desenfreada e predatória na planície oceânica de Jacarepaguá, como ocorrera nos bairros da zona sul.

Diante do impacto destas transformações urbanas operando na região, como as estratégias de especulação e valorização imobiliária que resultavam na expansão de loteamentos e as obras de infraestrutura, é importante perguntar qual teria sido o destino dos lavradores e posseiros do Sertão Carioca. Para onde foi essa população rural trabalhadora que estava sendo espoliada de suas terras pelo avanço dos loteamentos imobiliários e em nome de uma modernização urbana?

O historiador Hélio Viana em seu livro "Baixada de Jacarepaguá: sertão e zona sul", descreveu três destinos possíveis. O

primeiro, muitos lavradores e posseiros que ocupavam as disputadas terras da vasta planície oceânica e lagunar da Baixada de Jacarepaguá, "ao perderem seus quintões" para grileiros e companhias imobiliárias, concentraram-se, no caso da Barra da Tijuca, em vilas de pescadores. Isto teria ocorrido no canal da Barra, nas lagoas da Tijuca e de Jacarepaguá ou para o interior da lagoa da Tijuca, junto aos morros do Pica-Pau e da Muzema.

Outro destino provável daqueles que mantinham pequenas posses agrícolas na região do Recreio dos Bandeirantes foi rumar para Rio Bonito e Vargem Grande, próximo ao maciço da Pedra Branca, no interior da Baixada de Jacarepaguá. O terceiro destino provável dos pequenos posseiros e lavradores do antigo Sertão Carioca que transferiram mal suas posses ou que foram "despejados" ao longo dos conflitos das décadas anteriores foram as favelas da região ou os bairros proletários.

Enquanto isso, na década de 1960, cada vez mais diminuía as terras destinadas a agricultura ocupadas por lavradores e pescadores no Sertão Carioca. Por outro lado, progrediam as obras de infraestrutura, a especulação com a terra e os loteamentos imobiliários. Esta era a forma de ação das empresas imobiliárias e dos pretensos proprietários que atuaram na região. Soma-se a isso o violento contexto político-institucional pós-1964, que ficou marcado pela desmobilização e diminuição da visibilidade das lutas dos posseiros lavradores e pescadores na região.

O que torna um regime autoritário

*Por Júlio Cesar

A maior diferença entre um governo democrático e um governo autoritário não reside apenas no seu sistema eleitoral — ou na falta dele — ou no controle das massas, como popularmente se pensa, mas principalmente no Direito e em como ele é aplicado. Em um regime democrático, o Direito visa garantir os direitos e deveres de cada cidadão de forma o mais justa e célere possível, havendo todo um processo para que a sentença ocorra. Na grande maioria das vezes (exceto em casos de segredo de justiça), esse processo é transparente, com o acusado sabendo exatamente por que foi condenado ou absolvido e tendo todas as chances de se defender.

Isso não ocorre em um regime autoritário, onde muitas vezes não há processo legal. Frequentemente, realizam-se torturas para tirar confissões de crimes que a pessoa não cometeu. Além disso, civilmente, o indivíduo pode perder seus bens sem justificativa plausível e ter sua privacidade invadida sem

conhecimento, seja nos meios digitais, por acesso remoto ao dispositivo, ou fisicamente, com vistorias espontâneas.

Um exemplo que retrata bem essa diferença é o Brasil na época da ditadura militar (1964-1985) em contraste com o Brasil da CF/88. Na época da ditadura, não havia devido processo legal de fato, mas sim um processo distorcido. Prisões arbitrárias eram comuns, principalmente para crimes políticos, onde opositores eram presos, sofriam torturas e desapareciam caso morressem durante as sessões, o que demonstra uma grande insegurança jurídica, típica de regimes autoritários.

Isso demonstra que o Direito, se bem aplicado, pode ser uma forma de fazer valer os direitos humanos e fundamentais. Por outro lado, pode ser distorcido para oprimir a população e causar intencionalmente insegurança jurídica, visando evitar oposição. É o Direito que define se os direitos humanos serão cumpridos ou não.

*Estudante de Direito da Faculdade FAIT

**Mulher!!!! Você não está sozinha!!!
Você não é culpada!!!**

O Rio de Janeiro tem uma Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher. No caso de violência, Ligue! Denuncie!

- Ligue 190 - Polícia Militar Emergência
- Ligue 180 - Central de atendimento à mulher. Funciona 24h todos os dias
- Ligue 197 - 2ª a 6ª feira de 9:30h às 17:30h
- Ligue 127 - Ouvidoria do MP

María da Penha Virtual
Acesse o aplicativo ou acesse o link: <https://www.190.gov.br/mariapenhavirtual/>

Maiores informações
Email: mulheres.cprcoo@gmail.com

Organizações que apoiam a Avaliação da rede de proteção às mulheres da ZD:

- Mulheres Vivas 200
- Associação (Barragem) - Associação CASSA
- Associação das Comunidades - Associação Eri 19
- Associação Humana
- Instituto Eri
- Coletivo Todas Unidas
- Vila de Solidariedade 20
- Instituto de Mulheres e Famílias 19
- Quilombo Orla Bilha
- Instituto Altra de Fênix
- Instituto CASSA
- Coletivo em Alameda

Maiores informações
Email: mulheres.cprcoo@gmail.com



Yakaré Upá Guá

Val Costa

Pesquisador do IHBAJA e professor de História e Geografia

A Igreja de Nossa Senhora da Penna fica no topo da Pedra do Galo, um penhasco de 170 metros de altitude localizado na Freguesia de Jacarepaguá, um bairro da Zona Sul do município do Rio de Janeiro.

Ela foi fundada pelo padre Manuel de Araújo no ano de 1664. A sua fundação envolve uma conhecida lenda local. Em 8 de setembro de 1661, um escravizado perdeu uma vaca ao retornar com o rebanho para um engenho da região. Com medo de ser açoita-

A Igreja de Nossa Senhora da Penna

do, invocou a mãe de Jesus para que o ajudasse a localizar o animal. Inexplicavelmente, um raio de luz projetou-se do cume da Pedra do Galo indicando onde estava a vaca. O senhor de engenho, após observar o acontecimento milagroso, alforriou esse escravizado e mandou construir uma pequena capela no topo do penhasco, em 1661.

Esse foi o primeiro registro de alforria no Brasil Colonial. Três anos depois, o mesmo padre Manuel erigiu nesse local uma outra ermida mais resistente. Apesar do início da construção ter acontecido no século XVII, o atual templo só foi concluído em 1750. A igreja está tombada pelo IHPAN desde 1938.

Uma outra história lendária está as-

sociada ao processo de construção desse templo. Os escravizados que trabalharam na obra enfrentavam grandes dificuldades para subir com a água necessária para a conclusão da edificação. Diz a lenda que, após muitas orações, uma fonte de água pura jorrou inexplicavelmente do topo da Pedra do Galo. Essa fonte até hoje está associada a graças e milagres, tornando o local um ponto de peregrinação.

Em agosto de 2014, a prefeitura do Rio de Janeiro inaugurou um plano inclinado - sistema de elevador diagonal - para facilitar o acesso à Igreja de Nossa Senhora da Penna. O trajeto tem 110 metros entre as estações e a viagem tem duração de 4 minutos. Há ainda



Fotos: Luciana Araújo

Igreja de Nossa Senhora da Penna

um elevador para oito pessoas, que liga a estação superior ao pátio da capela.

O topo da Pedra do Galo proporciona uma bellissima vista que possibilita contemplar quase toda a Baixada de Jacarepaguá, partes dos Maciços da Tijuca e da Pedra Branca, além da Pedra da Gávea e da praia da Barra da Tijuca.



Muro na subida da ladeira da freguesia com pinturas que mostram as lendas que envolvem a igreja



Quintal Ancestral

Pablo das Oliveiras
Professor & Poeta

Ando feito um gato pela casa, sem esbarrar nas caixas à espera da mudança. Pela casa, as etiquetas confrontam minha atenção: **LOUÇAS E VIDROS... OBJETOS DA COZINHA... DISCOS DE VINIL... CUIDADO LIVROS!** O aconchego da casa cedeu ao depósito funcional, onde ponho e sobreponho os **DESOBJETOS** e outras peças do atelier, abrigados pelo plástico bolha, e que assim permanecerão ao dispor do próximo porto e aconchegos.

Ah! essa cadeira... meus acentos ancestrais: **RECIFE – DUAS BARRAS – RIO**. Lugares de memória... Recife e a irmã Clarinha de olho azul, que meu pai, Antonio, manteve no silêncio de suas memórias. Ele ainda um “puto” – assim mesmo, na fala do meu avô português ou ainda um “moleque” – do banto mulato, na língua da minha avó, num português emprenhado pelas mulheres pretas. Por alguma contrariedade familiar, pai foi chorar escondido no porão de navio, no porto do Recife... Com sentidos nas lágrimas, não nos movimentos das águas, o navio partiu e ele veio ter-se com o Rio de Janeiro...

Duas Barras, de lá minha mãe colhia história pra me contar: “minhas irmãs me chamavam, Caçulê.” Recontava para não esquecer: “minha avó comandava toda a casa, ela era índia e foi pega no laço...” – eu levei anos até desmitificar o tal laço, um rapto se-

guido de estupro. Falava da mãe Graciana, com os olhos úmidos: “era tão bonita, cabocla com ondas largas no cabelo... Os tios trabalhavam no cafezal, Tio Juca de chapéu e terno branco de linho era o mais vistoso nas festas...” De repente, o assombro, era a voz do vô Anielo... eu ouvia: “o lombo dos pretos ardia no chicote, por qualquer coisa no cafezal... Pai sofria do miolo e tinha apego comigo, por ser preta que nem ele...” A família morava *ajuntada* numa fazenda, “Teve uma noite, minha irmã que deitava com nossa avó, reclamou: mãe, eu não quero dormir aqui! Repetiu até que nossa mãe consentiu na despedida. Na manhã seguinte, vô não acordou para coar o café. Daí pra frente, a vida deu pra trás. Os tios foram tirar trabalho noutra estância; mãe teve que dividir os filhos na casa de uns e de outros. Eu tinha 7 anos, Maria Paula, minha irmã, tinha 6 e o Zé Henrique, 9... Nunca mais a gente voltou a ver nossa mãe...”

No Rio de Janeiro, pai e mãe se conheceram num domingo, passeando pela Quinta da Boa Vista. Ela resistiu e ele insistiu indo até São Paulo, onde mãe foi morar com família que a empregava como doméstica; casaram por lá. De volta ao Rio, Antônio Filho nasceu primeiro. No ano seguinte, nasceu Regina Helena. Um ano depois, nasceu Maria Lúcia, que veio a falecer antes de completar 2 anos. Quatro anos depois desse triste evento, veio o temporão. Eu pardo, mulato, moreno, nasci indígena-preto numa casa portuguesa, pelas



Muro na subida da ladeira da freguesia com pinturas que mostram as lendas que envolvem a igreja



Recife - Duas Barras - Rio, 2015 Escultura: Pablo das Oliveiras

mãos de d. Diva, a parteira, e das vizinhas d. Zênith, uma espanhola, e d. Thereza, uma italiana.

Até os 9 anos de idade, eu palmeei e corri pelo terreiro do Sobrado, onde morei no andar de cima, e o porão alugado às três irmãs chegadas do Nordeste, com os meninos Ubaldo e Wilson, uma amizade selada. Ao fundo do terreiro, duas casas de madeira com tetos de zinco; na maior moravam Seu Tião, d. Dalva com as filhas e os filhos, noutra moravam Seu Aristeu, d. Maria, o filho Aristeu, que fazia pipa pra vender, e a irmã Aristeia recebia uma turma de crianças para reforço escolar, na sua pequena casa. Uma mangueira centenária, que reinava entre os pés de frutas no terreiro,

me desafiava a escalar seu frondoso tronco, até alcançar o salão dos galhos, sentar com as mãos livres, como Ubaldo e Wilson, e me lambuzar de manga madura. Ao nosso assvio, o Menino vinha abanando o rabo embaixado de pelos, minha irmã Regina deu este nome pra ele. A cabra chamava Branquinha e seu filhote, Loló; o galo era Valdemar e Preta, a galinha, que mudou com a gente pra várias casas. Ela morreu três vezes, na primeira e segunda morte ressuscitou das covas rasas, sacudindo a terra das penas; na terceira morte, por precaução, fizemos um velório, daí ela morreu pra valer. Nessa família diversa, da rua Ibiapaba, no Engenho da Rainha, a despeito das fofocas e maus humores na vizinhança, eu não entendia, porque precisava abandonar a casa da gente, pra morar numa casa qualquer.

Mudei, atravessando de uma cidade a outra. Viajar de trem enchia meus olhos e ouvidos, tantas mercadorias na lábia dos vendedores e compradores pelos vagões, no túnel de sonoridades. Seguia gostando de conhecer os bairros revelados nos fotogramas das janelas. Impressões... como a cidade parecia o terreiro da casa em que eu nasci... ou seria o inverso? Como minha imagem no espelho... Quando me vejo acatando e contestando ideias de identidade aos reconhecimentos das minhas ancestralidades de pessoa indígena e preta; do colonizador português, me basta a língua, que amo e que o nosso povo – sabemos mestiçar e enriquecer.

NOTA: Ibiapaba – do tupi-guarani: “terra fendida” (*yby* = terra, *’ab* = cortar/fender, *’aba* = sufixo. Significado: “terra elevada”. Refere-se à formação da serra no Ceará, por suas escarpas.

Pré-Vestibular para Negros e Carentes na Paróquia Sagrada Família

Por Adilson Campos*

O Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC) da Paróquia Sagrada Família é um movimento laico e apartidário, que atua no campo da educação com ensino preparatório para os vestibulares das Universidades Públicas e na produção de questionamentos, ações e formulações para a democratização do direito à educação formal. No PVNC da Paróquia Sagrada Família, os alunos e as alunas são, em geral, economicamente desfavorecidos e negros, em particular; os educadores e coordenadores realizam um trabalho voluntário, todos conscientes da sua responsabilidade no fortalecimento da cidadania. Desta forma o Pré-Vestibular para Negros e Carentes nasceu da urgência histórica de enfrentar desigualdades que não são naturais, mas construídas socialmente pelo racismo estrutural, pela exclusão econômica e pela negação sistemática do direito à educação de qualidade. Mais do que um espaço de preparação para provas, ele é um território de resistência, consciência crítica e afirmação de direitos.

O PVNC do movimento popular teve



Aula Inaugural do ano letivo do PVNC 2026

origem entre 1989 e 1992, pela Pastoral do Negro, em São Paulo, idealizado e organizado inicialmente pelo Frei David Raimundo dos Santos. No ano seguinte, foi criado o primeiro Pré-Vestibular para Negros e Carentes na Baixada Fluminense, na Igreja da Matriz de São João de Meriti, inspirado pelo projeto Educafro.

Na Paróquia Sagrada Família da Taquara, o PVNC teve início em 1994, incentivado pelo Padre Roberto e sob a Coordenação, inicialmente, do professor Antônio, posteriormente a Pastoral Afro da Sagrada Família assumiu a Coordenação por meio de seu colegiado. Nesses 32 anos de existência, centenas de famílias foram beneficiadas com a aprovação em diversas universidades de seus filhos e filhas, transformando a qualidade dessas famílias.

O Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC) da Paróquia Sagrada Família, tem como objetivo apoiar negros, negras e carentes, e lutar contra todas as formas de racismo, injustiça e desigualdade. E, em caráter específico, é uma ação política pela democratização do direito à educação, defendendo a sua universalização para todos e todas

No PVNC, os alunos são carentes e, em particular, negros. Para participar do projeto, basta comprovar tais requisitos e fazer a inscrição no período estipulado, até atingir o limite de vagas. Os professores não recebem salário, pois o trabalho é uma ação política pela democratização do



direito à educação, através de uma rede de ensino e pesquisa de qualidade e que garanta acesso ao ensino superior para todas as pessoas, sem exceção. As aulas são realizadas entre os meses de fevereiro e dezembro, e a equipe é composta por um grupo de professores especializado e um colegiado capacitado.

Em um país marcado por profundas injustiças sociais, o acesso ao ensino superior sempre foi privilégio de poucos. Para a população negra e para as camadas populares, o vestibular e o ENEM funcionaram, durante décadas, como mecanismos de exclusão. O Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC) da Paróquia Sagrada Família surgiu, portanto, como uma estratégia de militância política, ao disputar esse espaço historicamente negado e afirmar que a universidade também pertence ao povo negro, periférico e carente.

A resistência não se expressa apenas nas aulas, mas na formação cidadã. Ao lado dos conteúdos tradicionais, constrói-se um processo educativo que valoriza a história do povo negro, o pensamento crítico, a leitura da realidade social e o entendi-

mento das relações de poder. Ensinar, nesse contexto, é também politizar, é ajudar o estudante a compreender sua trajetória, sua identidade e seu lugar na luta coletiva por direitos.

O impacto do Pré-Vestibular para Negros e Carentes vai além das aprovações. Cada estudante que tem acesso à universidade rompe ciclos históricos de exclusão, transforma sua família e fortalece sua comunidade. Ao ocupar espaços acadêmicos, esses jovens tensionam estruturas elitizadas e contribuem para a democratização do conhecimento, promovendo um equilíbrio necessário das desigualdades sociais.

Assim, o PVNC da Paróquia Sagrada Família é um projeto de educação popular, comprometido com a justiça social. Ele reafirma que educação é um ato político, que garante o acesso ao ensino superior, sendo uma forma concreta de enfrentamento ao racismo, à pobreza e às desigualdades. É identidade em forma de aula, é luta em forma de caderno aberto, é esperança organizada em favor de um futuro mais justo e igualitário.

* Coordenador do PVNC e Professor Universitário

Pré-Vestibular para Negros e Carentes Paróquia Sagrada Família
Estrada do Rio Grande, nº 3840 – Taquara



Leonardo Soares dos Santos
Professor de História da UFF
e pesquisador do IHBAJA

Para entender o Brasil tal como é

Era muito mais do que isso – ela representava os anseios e objetivos da “classe detentora do poder” em torno da condução do Estado e do “interesse geral [da elite]”.

Mas a questão de fundo era mais importante ainda: para haver Estado e uma civilização sustentável nesse país, o que fazer com o povo da “rua”? O populacho era a expressão da nossa “sociedade civil” para muitos daqueles homens, que de tão rude e precária nem figuraria em seus projetos de país. Porém, havia um nó nisso tudo: a construção do Brasil prescindia desse povo (ele pouca serventia tinha, se é que tinha alguma) – isso no campo teórico. Mas no terreno da prática, o povo existia, e esse era o problema: se não contribuía para a criação, ele estava ali como uma permanente ameaça de destruição. E é aí que o “mundo [cão] da rua” ganhava relevância – na medida em que ele atuava

para a destruição da civilização imaginada pelas forças vivas da Nação, a elite civilizada e esclarecida, isto é, “livre”.

Daí o desafio que de tão óbvio, as elites nem se davam ao trabalho de explicar: era preciso defender a Nação de seu próprio Povo. Talvez nem fosse preciso esclarecê-lo, porque de certo modo, era uma crença, um artigo de fé, “uma iluminação geral a banhar todas as cores” (explicar para quê?).

Como isso foi articulado e – se me permitem – desejado, é o que examinaremos nas formulações de alguns daqueles homens que se dedicaram àquela “missão de salvação”.

Com esse fim, debateremos os textos de José Bonifácio, Joaquim Nabuco, Machado de Assis, José de Alencar, Nina Rodrigues, Alberto Torres, Manuel Bonfim, Paulo Prado, Caio Prado Júnior e outros.

Atentando para o devido contexto de suas obras, pretendo discutir durante as aulas como verdadeiros projetos de Brasil foram desenhados por meio das reflexões daqueles homens. E o mais importante na avaliação desses projetos, não é avaliar se eram adequados ou não, se foram ou não bem formulados. O crucial em nosso exame dessas ideias é observar como elas invadiram o espaço público, servindo de instrumento para a elaboração de políticas públicas ou decisões políticas, que implicaram no empobrecimento e na permanente violação de direitos de determinados grupos sociais. As ideias como armas na luta pelo poder e de direção da sociedade e do Estado, é isso que nos interessa. E, lógico, verificar como determinadas ideias contribuíram para a consolidação de um país desumano, injusto, desigual e racista, interessa-nos mais ainda.

Nesse mês de março, mais precisamente no dia 13, começo a ministrar na Universidade Federal Fluminense, na sede de Campos dos Goytacazes, o curso intitulado “Para onde vai o Brasil?”.

Nesse curso pretendo evidenciar como homens - na sua esmagadora maioria ricos e brancos - pensaram como o Brasil deveria ser enquanto país. “Dever ser” entendido aqui no estrito sentido de quais princípios, valores e compromissos foram mobilizados para a realização de uma ideia de Nação. Ideia que não tinha apenas a ver com a noção de território ou um determinado conjunto bem definido de instituições.



**Cíntia
Travassos**
Produtora

Diretor e dramaturgo Elissandro de Aquino

Elissandro de Aquino nasceu em Caxias, no Rio de Janeiro. Cresceu próximo a um lixão, e observar esse universo sempre provocou nele reflexões sobre a desigualdade. As artes, por outro lado, o chamavam na contramão de tudo o que via. Graduiu-se em Letras, é professor e especialista em psicodrama. Tornou-se parecerista do Ministério da Cultura – MinC, conquistou prêmios da UNESCO e, gradualmente, adentrou o universo teatral: antes como amador, hoje como profissional.

Desde criança, Aquino sentia um chamado para a beleza das coisas – não apenas pela estética, mas também pela poética. Quando se estabeleceu como produtor, passou a questionar o que queria comunicar e a



O diretor e dramaturgo Elissandro de Aquino apresenta a palestra Carolina Maria de Jesus.

relevância dos projetos que assumia.

Assim nasceu “Nós”, exposição de Marcia Dias composta por bordados com frases de refugiados que vivem no Brasil, e o espetáculo *Eu, amarelo: Carolina Maria de Jesus*, que está em cartaz há oito anos e foi contemplado por editais como os da CAIXA (São Paulo, Fortaleza e Salvador), SESI-SP e

Fotos: Elissandro Aquino



Foto de Montagem: Vou fazer de mim um mundo.

o Prêmio Afromineiridades, da Secretaria de Cultura e Patrimônio de Minas Gerais, entre outros.

Aquino integra a Viramundo, empresa que atua há 12 anos na Zona Oeste

nas áreas de audiovisual, teatro, literatura, moda, artes visuais, dança e performance. Seu maior sonho é alcançar pessoas que nunca foram ao teatro, possibilitando caminhos e democratizando o acesso à arte.



Magnus Alves
Escritor

Kiloucura: o Carnaval não para

vertente dos foliões.

Durante muitos anos, os bate-bolas foram associados à confusão e à violência. Pensando preservar o grupo, formado por homens e mulheres, as festas frequentadas são escolhidas justamente por não serem palcos de brigas.

Hoje a conversa foi com Rafael Telles, diretor da Turma Kiloucura, para entender essa história, os bastidores dessa manifestação e os caminhos para o futuro dos bate-bolas em Jacarepaguá.

O Carnaval acabou, mas os trabalhos da Turma Kiloucura não param. As primeiras reuniões e a definição do tema abordado para as próximas saídas começam logo depois, e as confecções têm início em abril.

Muita gente não imagina o custo, o tempo e o sacrifício envolvidos. Apesar dos desafios, manter a cultura viva, com a participação da comunidade, se torna bem mais fácil.

A turma de bate-bola fortalece a ideia de pertencimento no território e em



Fotos: Rafael Telles

seu entorno. Movidos pela emoção e pelos testemunhos de cada participante que vemos, fica a pergunta: quem fundou o Kiloucura e quando isso aconteceu?

A Turma Kiloucura foi criada em 2011 por Alessandro (Tuca), fundador e idealizador. A ideia tomou corpo e forma com os amigos mais próximos e se tornou um coletivo cultural e criativo, sendo a primeira turma de bandeira e bola da comunidade de Santa Maria.

Seguindo a filosofia da união, da animação, da alegria e do bom relacionamento, a continuidade com as demais turmas é o que sempre os destacou.

As sucessões de integrantes ocorreram naturalmente pelos filhos de antigos participantes, fazendo uma verdadeira harmonia de gerações.

A cultura do bate-bola carrega memória, identidade e pertencimento, mas também a responsabilidade coletiva de preservar essa tradição sem que a violência apague sua história.

Educação e luta Professora Beth é homenageada na Câmara Municipal do Rio de Janeiro

No último dia 5 de março, o Plenário da Câmara Municipal do Rio de Janeiro foi palco de um momento histórico para a militância local. Em celebração aos 46 anos do Partido dos Trabalhadores, seus quatro vereadores homenagearam 46 mulheres que simbolizam a resistência e a transformação social. O evento contou com a presença da deputada federal Benedita da Silva, que recebeu a prestigiada Medalha de São Francisco de Assis. Entre as homenageadas da noite, recebeu a Moção de Congratulações e Louvor a professora Elizabeth Fátima dos Santos, a nossa querida Beth.



Morada da Taquara, Beth é a tradução da "geografia viva". Professora da rede pública desde os anos 1990, ela dedica sua trajetória a ensinar que o território é espaço de direito e de identidade. Além das salas de aula e do movimento sindical, Beth é presença marcante na cultura popular: é capoeirista no projeto Ginástica Cultural e violeira na orquestra Caipirando.

Um dos pilares de sua trajetória na Baixada de Jacarepaguá é a dedicação ao Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC). Como educadora popular, ela ajudou a abrir as portas da universidade para gerações de jovens da nossa região, combatendo o racismo e as desigualdades através do conhecimento.

A homenagem, entregue pela vereadora Maíra do MST — que também traz as raízes da Taquara em seu mandato —, reafirma o papel de lideranças que, como Beth, constroem a base da nossa sociedade no dia a dia. Nossa região se orgulha de ter uma educadora que ensina, pelo exemplo e pela arte, que a justiça social é o único caminho possível.

